

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO: ANÁLISE PARCIAL DO MAPEAMENTO EM MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

LUIS EDUARDO DOS SANTOS CELENTE¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹Universidade Federal de Pelotas – luiscecelente@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cossiofatima13@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente texto consiste em uma análise preliminar de dados resultantes do projeto de pesquisa 4384 – Mapeamento das parcerias público-privadas em educação no Estado do RS, coordenado pela professora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), Maria de Fátima Cássio, dentro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPPE), em colaboração com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

A pesquisa, iniciada em junho de 2019 sob o número 9941, foi elaborada a fim de identificar parcerias estabelecidas na área de educação entre instituições privadas com contrapartidas de instituições públicas. Esse mapeamento tem o intuito de favorecer o acesso a essas informações para gestores e pesquisadores, servindo como banco de dados para cruzamento de projetos e ações que estão sendo realizados no âmbito das instituições públicas.

Para uma melhor compreensão das relações do público com o privado, o NEPPE tem reuniões para a discussão de teóricos, a fim de permitir que as análises das parcerias e dos dados obtidos pela pesquisa sejam satisfatoriamente embasadas, tais como ADRIÃO (2017, 2018), ADRIÃO e PERONI (2009, 2011), ADRIÃO e PINHEIRO (2012), GRAMSCI (1982), LIGUORI e VOZA (2017), PERONI e LIMA (2020), SCHIMONEK (2015), SHIROMA (2016) e SOCARRÁS (2008).

2. METODOLOGIA

No que tange ao aspecto teórico, os integrantes do NEPPE reúnem-se quinzenalmente para a realização da leitura guiada e expositiva sobre os autores supracitados, a fim de estabelecer conceitos específicos da área, bem como delimitar o que poderia ou não ser considerado parceria entre público e privado.

Já em relação à pesquisa propriamente dita, é possível dividir a metodologia em cinco momentos distintos, sendo eles:

1 – Questionário piloto: nesse modelo de pesquisa, o grupo de pesquisadores desenvolveu questões que foram hospedadas em um Google Forms e enviadas para as 27 associações da FAMURS. Não houve retorno significativo;

2 – Questionário: com a falta de retorno das associações, foram disparados, através de um e-mail próprio, questionários para os 497 municípios, prevendo um retorno voluntário dos secretários de educação. Apenas 34 municípios retornaram;

3 – FAMURS: a fim de reforçar a solicitação aos municípios, o NEPPE solicitou à FAMURS que fosse feito um lembrete da importância da resposta

desses municípios no Instrumento de Pesquisa. Com o apoio da FAMURS, 46 municípios retornaram o Instrumento;

4 – Pesquisa de notícias: uma vez que a falta de retorno dos municípios foi numerosa, sentiu-se a necessidade de realizar a pesquisa dessas informações nos sites oficiais das gestões, sendo eles o site da prefeitura, do parceiro ou as redes sociais destes. Através desta metodologia de pesquisa, que ainda está em andamento, foi possível identificar 828 dados dos 497 municípios;

5 – LicitaCon: a última metodologia adotada pelos pesquisadores foi o acesso às informações presentes no LicitaCon. Essa pesquisa gerou uma outra planilha de dados, que ainda não está sendo analisada.

Essa análise tem suporte na quarta metodologia adotada. Para sua efetivação, os 497 municípios foram divididos entre os pesquisadores das três instituições, responsáveis pela busca e inserção desses dados em uma planilha compartilhada. As informações presentes neste trabalho versam especificamente sobre a ocorrência das parcerias com a instituição privada Sistema de Crédito Cooperativo, o SICREDI, nas notícias presentes nos sites e redes oficiais das prefeituras e do parceiro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante ressaltar, nesse momento, que embora haja 828 dados disponíveis no banco de dados, ainda estão sendo inseridos dados de outros pesquisadores.

A escolha do parceiro foi definida por sua grande ocorrência dentro do banco de dados – das informações obtidas, o nome SICREDI ocorre 118 vezes, sendo destas: 12 vezes em Nova Palma, 9 vezes em Fontoura Xavier, 6 vezes em Frederico Westphalen e Victor Graeff, 5 vezes em Flores da Cunha e Vista Alegre, 4 vezes em Chiapetta, além de outras parcerias com menor frequência em outros municípios.

Dentre as ações desenvolvidas pelo SICREDI, é possível identificar uma predominância do programa A União Faz a Vida, assim como formação de professores e o desenvolvimento de projetos voltados para educação financeira e cooperativismo.

Muito embora haja uma predominância de parcerias envolvendo o SICREDI, não é explicitado nas notícias se há alguma – e, em caso positivo, qual – contrapartida ou recurso financeiro proveniente das instituições públicas envolvido na parceria.

4. CONCLUSÕES

A oferta de educação básica, pública e de qualidade é constitucionalmente garantida, sendo de responsabilidade do estado tal oferta – no entanto, existem formas de “privatização” do público, sem afetar a forma de oferta pública.

É possível verificar essa privatização através de parcerias em áreas específicas, como em consultoria de gestão, compra de sistemas apostilados, oferta de vagas na educação infantil e formação de professores. Essas parcerias formam uma relação, de forma que a gestão pública abre espaço para o privado. As categorias pesquisadas não anulam outras possibilidades, embora sejam as mais frequentes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T. A privatização dos processos pedagógicos: Grupos editoriais e os negócios na educação básica. In: Maringoni, G. **O Negócio da Educação**. São Paulo: Olho D'água e Fepesp, 2017. Sem capítulo, p. 129-144.

_____. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir do mapeamento de produções nacionais e internacionais. **CurrículoSemFronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-18, 2018.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o privado: Implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, v. 3, n. 4, p. 107-116, 2009.

_____. Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre 10 estudos de caso. **Práxis Educativa**, v. 6, n. 1, p. 45-53, 2011.

ADRIÃO, T.; PINHEIRO, D. A presença do setor privado na gestão da educação pública: refletindo sobre experiências brasileiras. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, n. 1, p. 55-66, 2012.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. In: FELIX, M. **Perspectivas do homem**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1982. Capítulo 1, 2, 3 e 4, p. 3-236.

LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano (1926 – 1937)**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-20, 2020.

SCHIMONEK, E. M. P. A qualidade do ensino e a privatização via Programa Mais Educação. **Educação: teoria e prática**, vol. 25, n. 50, p. 502-516, 2015.

SHIROMA, E. O. Redes de políticas públicas e governança da educação: pesquisando a convergência das políticas para docentes nas agendas para a próxima década. 2016. 148f. Relatório de Pesquisa do Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho – Departamento de Estudos Especializados em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

SOCARRÁS, J. F. P. **Nueva Gramática del Neo-liberalismo. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas**. Bogotá: Universidad Federal de Colombia, 2008.